

Samuel Silva Rodrigues de Oliveira

Os sentidos do “populismo”, a política e a democracia (1945-1964)

Mestre em História pela
UFMG e Professor
municipal da PBH

Resumo

Este artigo aborda os sentidos adquiridos pelo termo “populismo” / “populista” entre 1945 e 1964. Será problematizado como os atores sociais articularam “espaços de experiência” e “horizontes de expectativas”, com os usos da palavra dentro de contextos variados para constituir representações do mundo. O vocábulo serviu a trabalhistas e aos liberais para configurar projetos distintos de modernização e democratização do sistema político, após a queda do Estado Novo, em 1945. Extrapolando o mundo acadêmico, o trabalho explora a relação entre “populismo” e as práticas instituídas pela sociedade e pelo estado brasileiro, contribuindo para a compreensão da *cultura política* do país; mostra-se como o termo, inscrito nas lutas políticas, operou uma inteligibilidade e valoração da ordem social e política brasileira.

Palavra-Chave: Populismo, democracia e cultura política.

Resumé

Cet article aborde les sens que le terme “populismo”/ “populista” a acquis entre 1945 et 1964 . Ce sera mis en question comment les acteurs sociaux ont articulé des “champs d’expérience” et des “horizons d’attente”, avec les utilisations de ce mot dans des contextes variés pour constituer des représentations du monde. Le vocable a servi aux “trabalhistas” et “liberais” pour configurer des projets distincts de modernisation et de démocratisation du système politique, après la chute du “Estado Novo”, en 1945. En extrapolant le monde académique, ce travail fait des relations du “populismo” et des pratiques instituées par la société et l’état Brésilien, contribuant à la compréhension de la *culture politique* du pays; il montre comment le terme, inscrit en enjeux politiques, a opéré une intelligibilité et évaluation de l’ordre social et politique Brésiliennes.

Enviado em 13 de agosto de 2009
e aprovado em 7 de outubro de
2009.

Mot Clé: Populismo, démocratie et culture politique

As pesquisas existentes sobre o termo “populismo” expressam a preocupação em avaliar o conhecimento histórico e sociológico produzido sobre o Brasil contemporâneo. Essas análises indicam os limites e julgamentos de valor pressupostos na formação do conceito de “populismo”. Elas revelam o caráter dinâmico do conhecimento histórico-social: responde a questões de uma época de acordo com os instrumentos intelectuais disponíveis, estabelecendo uma relação dialógica com o passado, demarcando temporalidades. Também apresentam uma dimensão particular às ciências humanas: ela possui um lugar nas academias e universidades, procurando uma autonomia e um distanciamento do espaço social, porém se relaciona de maneira mais direta que as ciências físico-naturais com a prática social e a língua natural em que se expressa. Desse duplo corolário nasceram as investigações dos significados de um conceito e sua intercessão com a vida social.

Sondar a sociedade através de um conceito é uma estratégia de pesquisa que se alimenta das reflexões da história cultural nas décadas de 1980 e 1990. Da interpenetração entre história social e cultural, estabeleceu-se uma crítica a modelos de compreensão estruturais (sistêmicos) da política e da sociedade, lançando luz à relação entre os signos e aquilo que eles representam. A disjunção entre a representação estrutural da sociedade, produzida pelas ciências sociais, e a representação dos atores sobre os processos que vivenciam renovaram as análises que exploravam a tensão entre esses dois pólos. A noção de “representação” acompanhou vários historiadores na seara dessas reflexões. Tentavam compreender como palavras-força, símbolos e alegorias constituem representações capazes de mobilizar os indivíduos; por outro lado, explicavam como as representações operam a apreensão de um “espaço de experiência” e constroem um “horizonte de expectativa”, fazendo aparecer o diálogo dos atores com a estrutura sócio-política para demarcar e redefinir suas ações (CHARTIER, 1991: 13-27; KOSELECK, 2006: 133-147; RICOEUR, 2007: 193-245).

Nesse sentido, a palavra “populismo” tem sido tomada como uma representação das práticas instituídas na sociedade brasileira. O conceito ganhou interesse pela capacidade de atribuir valor e produzir uma chave de inteligibilidade aos processos políticos experimentados no Brasil, norteando ações e servindo à mobilização dos cidadãos. Na sua face mais explícita, o termo estabelece uma relação com a política e compõe parte da *cultura política*¹ do Brasil Contemporâneo, como já observou Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (FERREIRA, 2001: 7-16; GOMES, 2002: 55-68). O termo abre uma chave de leitura do mundo, “impondo parâmetros de compreensão e orientação, determinando o espectro de ações possíveis, orientando os vetores da memória e do projeto político, focalizando a atenção sobre objetos e contendas, canalizando as energias e limitando a imaginação dos atores” (CEFAÏ, 2001:115)². A palavra é parte importante da “gramática do poder” no Brasil e constitui um dos princípios de inteligibilidade e valoração do cenário político.

A vinculação do conceito à prática política multiplica seus significados, aumenta

1 Para uma sistematização do conceito Cultura Política cf. BERSTEIN, 1998; KUSCHNIR & CARNEIRO, 1999; MOTTA, 2009; CEFAÏ, 2001; DUTRA, 2002.

2 Tradução livre cf. “Les cultures politiques ouvrent des horizons de monde, imposent des repères de compréhension et d’orientation, fixent le spectre des actions possibles, orientent les vecteurs de la mémoire e du projet, focalisent l’attention sur des objets et des enjeux, canalisent les énergies et jugulent les imaginations des acteurs” (CEFAÏ, 2001: p. 115).

o grau de incerteza e de insegurança dos cientistas sociais que pretendem usá-lo em suas pesquisas. Como observou João Trajano Sento-Sé:

Uma palavra e vários significados. Outrora conceito sociológico com razoável poder heurístico, o populismo foi termo tão utilizado nas análises do processo histórico vivido na América Latina, nos anos 40, 50 e 60, tão acionados nos confrontos políticos do período posterior, que acabou sendo esvaziado de boa parte de sua capacidade de explicar processos históricos (SENTO-SÉ, 2001: 190)

O termo vulgarizou-se, e o cientista social perdeu o controle sobre o que este pode expressar. Ora, essa peculiaridade só reforça a abordagem do termo relacionando-o à cultura política no Brasil. É um sinal de que a palavra ganhou um status diferenciado na imaginação da nação; seu uso ostensivo em vários contextos representa sua força para mobilizar os personagens sociais. A variedade de uso indica apenas seu valor como “símbolo”; diferente de outros vocábulos, esse possui grande capacidade de atribuir sentido aos processos históricos e interpelar os indivíduos para a ação coletiva (LAPLANTINE & TRINDADE, 1996: 12-15).

Todavia, minha primeira hipótese de trabalho vai contra a percepção de Sento-Sé sobre a circulação do termo entre a esfera acadêmica e política: “populismo” foi instrumento de luta nas contendas políticas, antes de ser um conceito sistematizado pelas ciências sociais. “O ‘populismo’, portanto, surgiu primeiro como uma imagem desmerecedora e negativa do adversário político, e somente depois como uma categoria explicativa de âmbito acadêmico” (FERREIRA, 2001: 8-9). Deduzo que o uso da palavra era mais extenso do que se imagina, tendo destaque nos julgamentos das forças eleitorais, após a redemocratização de 1945, perpassando amplos espectros do jogo político.

A segunda hipótese que orienta o artigo aponta a sedimentação e renovação, com os usos extensivos do vocábulo, de um dos “mitos políticos” sobre a sociedade brasileira. Entenda-se “mito político” como um tipo de crença que produz uma interpretação da realidade e que, por definição, não está sujeito a confrontações que sigam uma lógica racional demonstrativa (GOMES, 2002: 64). O “populismo” em seu uso rotineiro, após a redemocratização de 1945, assumiu, paulatinamente, o lugar do discurso nacional sobre a falta de “organização social e política” do “povo brasileiro”. Como ressalta Ângela de Castro Gomes,

o populismo nos falaria de características, digamos, das primícias/ das origens da sociedade brasileira: fragmentada, verticalizada, hierarquizada, violenta; autoritária, enfim. Tais características existiriam em todas as nossas mais importantes instituições e relações sociais: na família, na escola, no trabalho e na política, naturalmente (GOMES, 2002:65).

Nas lutas políticas, “populista” é sempre o outro; designa uma alteridade em sentido negativo, na configuração de uma auto-representação positiva. É a afirmação de si pelo avesso, desqualificando aquilo que lhe é próximo. O termo produz uma distinção, não apenas entre qualidades de grupos e indivíduos, mas de tempos; o uso negativo esteve carregado da vontade de rejeitar uma tradição e empreender a democratização do siste-

ma político brasileiro. A palavra opera uma classificação socio-temporal, trabalhando os limites dos projetos de “modernização” e as identidades políticas no período entre 1945 e 1964, pós Estado Novo, na construção da democracia.

“Populismo”: práticas e representações políticas no período democrático (1945-1964)

A argumentação que demonstra o uso ostensivo do termo “populismo” no período de 1945 a 1964 é difícil de ser construída. Não possuímos uma pesquisa que precise a quantidade de vezes em que o termo aparece em materiais impressos como jornais, discursos políticos ou como legenda de imagens; esta ausência inviabiliza, num primeiro momento, a mensuração da centralidade desta palavra em relação a outras. Na falta da estatística do léxico político do período, recorreremos a algumas observações decorrentes das análises da imprensa, a partir do jornal *Estado de Minas*, para aduzir a importância do termo na produção do noticiário. Além disso, mostraremos o escopo de circulação do termo, que serviu não apenas a liberais contrários a Getúlio Vargas, como também aos próprios trabalhistas. Esta análise de cunho qualitativo apenas corrobora nossa hipótese que alude sobre o amplo uso da palavra nas lutas políticas do período democrático. Destarte, o argumento desenvolvido nesse artigo estabelece um diálogo crítico às observações de Daniel Aarão Reis Filho e Jorge Ferreira, que frisam o uso mais intenso do termo após o Golpe de 1964, para descaracterizar as forças políticas trabalhistas e o sistema político que antecede a ditadura militar (FILHO, 2001: 343-349; FERREIRA, 2001: 113-116).

Em uma rápida pesquisa é possível encontrar a palavra em algumas “chamadas” jornalísticas da década de 1950: “O problema da divisão da Frente Populista”³, “Difícil reestruturação da Frente Populista”⁴, “Populismo” (charge)⁵. A palavra no jornal gerava uma expectativa do público leitor, explicitava no título um assunto que seria tratado. A expressão aparecia em editoriais e charges, nos quais se esperava uma visão crítica e qualitativa das informações. Logo, podemos dizer que a palavra no início da década de 1950 já definia contornos do mundo social, servindo a classificação sócio-política: “populistas” ou “populismo” era mote para o ataque a Getúlio Vargas e a aliança das forças “populares”. Vejamos a seguir um trecho do editorial da coluna intitulada “O problema da divisão da Frente Populista”:

A verdadeira corrida em benefício de uma chapa presidencial de conciliação – entre PTB, PSD e UDC – se mantém viva (...) O objetivo é mais do que evidente: dividir o “front” populista ou, se a expressão melhor se ajusta, evitar que a frente popular brasileira se forme. Esta frente popular seria, obviamente, formada pelos trabalhistas, pelos comunistas e pelo Sr. Ademar de Barros. Unidos os três, a sua força eleitoral seria enorme; a sua capacidade de campanha eleitoral imensa; os seus recursos demagógicos terríveis; a sua técnica de propaganda política muito melhor orientada do que as do demais partidos centris-

3 Estado de Minas, 17/05/1949, p.1

4 Estado de Minas, 16/04/1955, p.1

5 Estado de Minas, 1/07/1950, p.3

tas (...).

Tanto o sr. Getúlio Vargas como o sr. Ademar de Barros tem sido – direta ou indiretamente – convidados para formar em só bloco dos dois maiores partidos mais o PR – em benefício da chapa presidencial de conciliação. E como ambos não desejam que essa frente democrática se forme, atuam contra ela – pois ambos esperam que a política lhes dê oportunidade de ganhar o poder⁶.

“Populista” ou “popular”? O jogo com as expressões do texto não representa uma justaposição, como se um ou outro fosse o equivalente. Destaca-se o termo “Populista” no título da chamada para nomear uma frente política de “força eleitoral” e “recursos demagógicos terríveis”; assim, ele descola-se do termo “popular”, para criar uma imagem negativa. “Populista” ganha sentido quando confrontado ao termo “popular”, problematizando o que engendra a popularidade de uma liderança.

O início da coluna de Murilo Marroquim, publicado nos órgãos de imprensa dos *Diários Associados* (rede de meios de comunicação de propriedade de Assis Chateaubriand), tinha como marca distintiva uma leitura liberal da história brasileira. O princípio do artigo põe em evidência a necessidade da união entre os principais partidos para evitar a “agitação exagerada” de uma campanha eleitoral e um potencial risco à organização política e social recém implantada. A garantia do regime constitucional e da democracia era apontada como uma vitória contra a “herança política de violências claras ou veladas que, no fim de contas, não vinha apenas do Estado Novo, mas de muito antes, de todo o correr da vida republicana”. Getúlio Vargas e Ademar de Barros, ao não aceitarem uma chapa de conciliação, figuravam entre essas forças desagregadoras, herdeiras da tradição autoritária imbricada à história republicana.

Os temores e o quadro narrativo no qual se enquadram as preocupações do colunista dos *Diários Associados* fundavam-se na experiência do fim do Estado Novo. O longo processo de redemocratização, no início da década de 1940, foi o lastro das representações de Getúlio Vargas e do Estado Novo como manipuladores do povo. Como já analisou Jorge Ferreira, as manifestações a favor do “queremismo”⁷ tiveram um papel fundamental nesse processo; quando a massa dos trabalhadores assalariados urbanos exigiram a continuidade de Vargas no poder, as forças liberais ficaram desnorteadas. Com dificuldade de assimilar o apoio ao “ditador”, formularam uma interpretação da história que carregava a importância da manipulação na propaganda do Estado e ressaltavam o “obscurantismo” do povo brasileiro:

Portanto a explicação liberal, em seu limite, denunciava a aplicação, nos anos do Estado Novo, das técnicas de propaganda política de massa pelo DIP, importadas da Alemanha nazista, sobre uma população pobre, analfabeta e ignorante, ensejando que, no caso da ditadura, surgissem tais constrangimentos. Reprimir as manifestações a favor de Ge-

6 Estado de Minas, 17/05/1949, p.1

7 Para uma análise mais acurada sobre o queremismo cf. FERREIRA, 2002, pp.69-84; FERREIRA, 2005.

túlio, desse modo, era a saída legítima para o problema. (FERREIRA, 2001:113)

A palavra-força “populismo” / “populista” captava os sentidos manifestos dessa trajetória política e institucional, salientando a defesa da *Constituição de 1946* e do regime nascido da derrocada do Estado Novo. Expressava o orgulho do regime político liberal, sugerindo uma ruptura com a história republicana, na qual violência e política misturam-se. As inovações da Constituição de 1946 (voto secreto, justiça eleitoral, sufrágio aos homens e mulheres alfabetizados, partidos estabelecidos em bases nacionais) eram contrárias às práticas da 1ª República e ao autoritarismo varguista. Essas conquistas eram identificadas como parte do patrimônio cultural e político liberal.

No editorial, “Frente Populista” opõe-se a “Frente democrática”; esta cuidaria para a efetiva reprodução e garantia da ordem constitucional democrática. A agitação popular encetada pela demagogia de Vargas, Ademar de Barros ou os comunistas eram tidas como a expressão da “violência” contra a organização liberal da sociedade; na visão desses, a “democracia” era não o regime da massa, mas do “povo” instruído, com “senso crítico” – os cidadãos letrados e educados. Os mesmos liberais estavam dispostos a responder com violência e perseguição à demagogia dos políticos: como se mostrou nas tentativas golpistas em 1955, 1961 e 1964.

Nesse ponto da minha argumentação, tem-se as palavras “populismo” / “populista” como armas políticas contra o trabalhismo e as forças políticas que buscassem uma relação mais direta com as massas, respondendo seus anseios. Mas como avisei no início da seção, o uso do termo extrapolava um espectro do jogo político; tinha circulação disseminada na esfera pública, atingindo grande legitimidade nos debates. A seguir, leiam parte do panfleto *Declaração Política da Liga da Juventude Trabalhista*, em que “populismo” apareceu novamente em destaque:

Populismo e política de clientela

A estrutura partidária gera, assim, uma expressão política populista, que se baseia na continuidade do poder das cúpulas. Os instrumentos dessa manutenção provocam toda sorte de compromissos com a ordem vigente, pela necessidade de atender a clientela eleitoral da liderança política, através de meios que pertencem ao poder executivo. Não poderia haver melhor ilustração de tal fato que o acintoso acordo entre o governo de nosso estado e a bancada estadual de nosso partido [PTB], atualmente tramando nas antecâmaras as quais não tem acesso o povo.

Diante de tais fatos, a LJT [Liga da Juventude Trabalhista] proclama os seus propósitos de trabalho e sua orientação partidária, que consistem sobretudo na concretização da aliança com os trabalhadores, através da efetiva colaboração na tarefa de organização da classe operária (nas vilas, nos bairros, nas empresas, nos sindicatos, etc.).⁸

8 [Declaração Política da Liga da Juventude Trabalhista, 19 mar. 1961]. Fundo DOPS-MG. *Arquivo Público Mineiro (APM)*. Pasta 120

Para definirmos o escopo de circulação e do alcance social desse panfleto reconstituiremos o contexto de produção do documento. A declaração era um dos frutos do *I Congresso da Juventude Trabalhista de Belo Horizonte*, ocorrido entre 17 e 19 de março de 1961. O principal objetivo do grupo era firmar e reformar o estatuto da *Liga da Juventude Trabalhista* na Capital Mineira e apresentar uma posição sobre a situação política no Brasil. As comissões de debate do congresso focavam os seguintes temas: “Trabalhismo e Sindicalismo”, “Trabalhismo e Desenvolvimento econômico”, “Os trabalhadores e o movimento político”⁹. A presença de estudantes e políticos destacados da seção municipal do *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB) foi a marca do evento. O ex-vereador Leopoldo Garcia Brandão e Dimas Perrin, lideranças ligadas à ala mais próxima dos comunistas e de um projeto político com forte matiz “socialista”, tiveram destaque na mesa. Esta ala do trabalhismo rivalizava com setores do PTB próximos ao prefeito de Belo Horizonte, Amintas de Barros. Juarez de Brito, Vinícius Caldeira Brant, Altino Mota dos Santos e Teotônio dos Santos Junior foram os oradores de destaque das discussões que precederam a elaboração da *Declaração Política*. Todos eram provenientes do meio universitário da Capital Mineira e estavam em sintonia com a ala mais à esquerda do trabalhismo na seção municipal do PTB.

O espaço de circulação do panfleto e do Congresso extrapolava o esperado no seu “Regimento Interno”. Além dos meios universitários e trabalhistas, os sindicalistas foram um público-alvo imprevisto no planejamento do evento. Humberto Baroni (presidente do *Sindicato dos Alfaiates*), Luiz Gonçalves Filho (presidente do *Sindicato dos Empregados em Construção Civil*) e Candido Siqueira (presidente da *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria*) participaram do Congresso e da sessão em que se aprovou a *Declaração Política da Liga da Juventude Trabalhista*¹⁰. O documento aprovado pelo congresso circulou no *II Encontro Sindical Nacional*, como sugere a apreensão de panfletos realizada pela polícia política durante o evento, em 20 e 21 de maio de 1961¹¹, no auditório da “Secretaria de Saúde e Assistência Social”¹².

Até agora, observamos a circulação da palavra “populista” no âmbito circunscrito a Belo Horizonte. Todavia, seria correto estender esses domínios territoriais para além da Capital Mineira: o documento era produzido na cidade, mas alcançava repercussão além dos limites municipais. Primeiro, porque a *Liga da Juventude Trabalhista* fundada em Belo Horizonte tinha contato com outras congêneres no Rio de Janeiro e São Paulo. Havia uma troca de material entre essas entidades, marcadas pela defesa do nacionalismo, pela luta a favor das reformas de base e por uma leitura crítica de parte do trabalhismo, identificada negativamente com o “populismo” – como se verá a seguir¹³. O caráter nacional da *juventude trabalhista* pode ser aferido pela presença no congresso da Capital Mineira de lideranças

9 [I Congresso da Juventude Trabalhista – Regimento Interno]. Fundo DOPS-MG. *APM*. Pasta 115.

10 [Relatório de investigação do I Congresso da Juventude Trabalhista, 20 mar. 1961]. Fundo DOPS-MG. *APM*. Pasta 115.

11 Observar a seqüência de materiais apreendidos pelos investigadores durante o evento cf. Fundo DOPS-MG. *Arquivo Público Mineiro (APM)*. Pasta 120.

12 Hoje, um dos auditórios do Minas Centro, em Belo Horizonte.

13 A polícia apreendeu no *I Congresso da Juventude Trabalhista de Belo Horizonte* panfletos que vinham de São Paulo cf. Fundo DOPS-MG. *Arquivo Público Mineiro (APM)*. Pasta 115.

estudantis de São Paulo, sem contar a presença destacada do deputado federal Almino Affonso. De outra maneira, Belo Horizonte no período era um centro urbano de bastante destaque no cenário nacional. Uma das cidades de notável crescimento na segunda metade do século XX, a Capital Mineira polarizou uma série de manifestações políticas que alcançaram repercussão nacional. Em 1961, além do *II Encontro Sindical Nacional*, ocorreu o *I Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas*, que marcou as lutas pela reforma agrária no início da década de 1960.

O panfleto *Declaração Política da Liga da Juventude Trabalhista* indica circulação do termo “populismo” para além da fronteira das forças liberais; o significado da expressão, contudo, merece ser explicado. Referia-se a fraqueza do sistema político-partidário no Brasil, expressão da “continuidade do poder das cúpulas” e oligarquias em detrimento da representação dos anseios e aspirações do povo. O autoritarismo refletia a debilidade organizacional dos movimentos nacionalistas, sindicais e estudantis, que abria caminho para os “golpes propagandísticos do personalismo triunfante”, tanto por parte da direita, quanto da esquerda. Nesse quadro, o PTB deveria vencer a tradição a qual estava ligado, para preencher o “vácuo” entre as forças de esquerda:

Diante de tal realidade, cabe ao PTB preencher o vácuo gerado pela ausência de uma força coerente de esquerda, firmando sua linha de partido oposicionista em termos de clara definição ideológica e sobretudo através da explicitação de medidas concretas de sentido operário. Para isso o nosso partido [deve] vencer os obstáculos de sua própria organização e renunciar a qualquer aliança com o poder vigente e qualquer composição com a estrutura capitalista atual¹⁴.

A “expressão política populista” da organização do PTB e de outros movimentos significava o descolamento das “cúpulas” dirigentes dos anseios e vontades do povo. A crítica voltava-se à tradição petebista e à procura por uma representação “autêntica”, “popular” e “operária”. Estamos longe do uso do termo “populista” identificado por Jorge Ferreira:

(...) tanto João Duarte Filho, que detestava Goulart, como Samuel Wainer, que defendia Vargas, usavam a palavra populista em um sentido elogioso (...).

A expressão, embora pouco usada, pode ser traduzida na linguagem de nossos dias, no que chamamos de “líder popular”, de alguém que representa, autenticamente, os anseios políticos “populares” ou dos “movimentos populares”. (FERREIRA, 2001:116)

O uso da palavra em sentido positivo certamente existiu, uma vez que o seu significado era operado em uma linha limítrofe, na qual o significado de “populismo” está atrelado ao termo “popular” e ao esforço para compreensão do surgimento de lideranças carismáticas ou “demagógicas”. Porém, dentro dos quadros do PTB, ela também podia

14 [Declaração Política da Liga da Juventude Trabalhista, 19 mar. 1961]. Fundo DOPS-MG. *Arquivo Público Mineiro (APM)*. Pasta 120

ganhar conotações negativas, sinalizando uma auto-crítica. O trabalhismo, com a liderança de João Goulart após a morte de Getúlio Vargas, associou-se às forças nacionalistas e comunistas, reforçando o programa de luta antiimperialista e a reforma de base como premissas de um projeto nacional. Reforçou lastros eleitorais e políticos, mas abriu espaço à reavaliação de suas práticas. Lançou as condições para surgimento de críticas contra o poder exagerado das “cúpulas” em detrimento da vontade popular. Tentativas de forçar a maior democratização do sistema político brasileiro e do próprio PTB sinalizavam para um projeto político de *democracia popular*, com maior participação das bases.

Assim, tanto liberais quanto esquerdistas associados ao trabalhismo, na segunda metade da década de 1950, usavam a expressão “populismo”/ “populista” para demarcar uma tradição autoritária na política brasileira que deveria ser vencida. O conceito surge no regime democrático como chave de compreensão do que deveria ser alterado para melhorar seu rendimento e funcionamento. Contudo, o entendimento do que seria democracia assumia as facetas próprias a cada grupo. Os liberais, atentos ao respeito com o regime constitucional fundado em 1946, tentavam criar um sentido de organização legal da república brasileira contrário às arbitrariedades cometidas na 1ª República e no governo de Vargas; ressalta-se o caráter elitista da democracia almejada – restrita à participação dos educados, com certa aversão aos movimentos de massa. A esquerda trabalhista procurava o melhor rendimento da representação e soberania do povo na esfera política, era crítica ao próprio partido que ignorava as “bases” e reforçava o poder das “cúpulas”.

Considerações Finais

“Populismo” / “populista” foi a expressão que surgiu após o Estado Novo, colocando em questão a definição de um projeto de modernidade democrática para o Brasil, crítico à tradição autoritária. Assim, o termo aponta para persistência do passado e indica a construção de um futuro diferente, expressando os traços característicos de um projeto de modernidade: “só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então” (KOSELLECK, 2006: 314). “Populismo” é um termo que opera a mediação entre experiência e expectativa, no qual se ganha mais relevo o projeto de um futuro almejado para a nação. Daí, a pluralidade de sentidos que comporta, mas também sua unidade vinculada a tentativas de modernização/ democratização da sociedade brasileira.

Para concluir a redação desse artigo, gostaria de voltar ao mundo acadêmico nos limiares da década de 1960. Os teóricos do populismo no Brasil, Octávio Ianni e Francisco Weffort (WEFFORT, 2003; IANNI, 1968), partilhavam uma sociologia de inspiração marxiana, nascida na *Universidade de São Paulo (USP)*, com peculiaridades na compreensão da relação entre “ciência e sociedade”. Florestan Fernandes, uma referência cultuada nas ciências sociais da segunda metade do século XX, exaltava uma “sociologia crítica e militante, sem limitações mentais e dogmatismos estéreis”. A postura era um ataque ao dogmatismo socialista, do qual era constantemente acusado de praticar, mas também um elogio a “aventura de vincular a investigação sociológica à transformação da sociedade brasileira” (FERNANDES, 2002: 1501). Esta geração de sociólogos engajou-se no processo social, na interpenetração entre conhecimento das humanidades e ação na sociedade. Assim, não

há o que estranhar a construção de um modelo para compreensão do sistema político brasileiro, partindo da resignificação de um vocábulo de uso comum (“populismo”), imbricado na luta política que problematizava a relação entre tradição e modernidade no que toca a instauração da democracia no país.

Ao realizarem essa operação, eles cumpriram um papel de grande valia na consolidação do sentido do termo “populismo” na *cultura política brasileira*: realizaram uma leitura dos clássicos do pensamento social brasileiro, reatualizando hipóteses e narrativas sobre o caráter autoritário da sociedade brasileira. Segundo Wanderley Guilherme dos Santos, a fundação da Escola de Sociologia e Política da USP cumpriu importante papel na instauração da ruptura com a tradição do ensaísmo das décadas de 1920 e 1930. Ali, forjou-se um pensamento social fundamentado em uma metodologia de análise dos processos sócio-econômicos que qualificava como “pré-científicos” o “ensaísmo” produzido anteriormente. Todavia, a falta de reflexão sobre o pensamento social brasileiro fez com que “a maioria das hipóteses formuladas a partir da segunda metade da década de 50 sobre os processos sociais brasileiros mais importantes (...) não fez senão repetir, embora de maneira mais sofisticada, as especulações dos 20 e 30” (SANTOS, 2002 :25-26). De certa forma, essa sociologia atrelou ao termo populismo o mito nacional da “desorganização social e política da sociedade brasileira”.

Por fim, saliento que a reflexão sobre o “populismo” no meio intelectual e político estão longe de serem críticas pontuais a um modelo de compreensão do Brasil; elas se preocupam com as vinculações entre o conceito e a prática social, com a forma como o cidadão problematizou a democracia, formando uma *cultura política*.

BIBLIOGRAFIA

BERSTEIN, Serge. A cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre, SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Ed. Estampa, 1998, pp.13-36.

CEFAÏ, Daniel (org.). *Cultures Politiques*. Paris: PUF, 2001.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural – entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/DIFEL, 1990.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e Culturas Políticas – Definições, usos, genealogias, *Vária História*, Belo Horizonte, nº 28, pp.13-28, dez. 2002.

FERNANDES, Florestan. Prefácio à segunda edição. In: FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 2002. pp.1501-1506 (Coleção *Interpretes do Brasil – Volume 3*).

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Queremismo, trabalhadores e cultura política – Soberania popular e aprendizado democrático, *Vária História*, nº28, pp.69-84, dez. 2002.

- _____. *O Imaginário Trabalhista – Getulismo, PTB e cultura política popular 1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FILHO, Daniel Aarão Reis. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp.319-377.
- GOMES, Ângela de Castro. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo, *Vária História*, n°28, pp.55-68, dez. 2002.
- IANNI, Octávio. *O colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro do passado – Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC-Rio, 2006.
- KUSCHNIR, Karina, CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da Política: cultura política e antropologia da política, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.13, n.24, pp.227-250, jul./dez. 1999.
- LAPLANTINE, François & TRINDADE, Liane Salvia. *O que é imaginário?* São Paulo: Brasiliense, 1996.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas Políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- RICOUEUR, Paul. “Explicação/Compreensão”. In: RICOUEUR, Paul. *A memória, A história, O Esquecimento*, Campinas, Unicamp, 2007, pp.193-245.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro (1870-1965)*. Belo Horizonte: Ed.UFMG; Rio de Janeiro: Casa Oswaldo Cruz, 2002.
- SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.